

**APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
SAIBREIRA DO CABEÇO DA LAGOA
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto “Saibreira do Cabeço da Lagoa” de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se com a receção na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Autoridade Ambiental, do Plano de Pedreira acompanhado do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) a 30 de agosto de 2023 em suporte digital.

Posteriormente, de acordo com o definido Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA formada pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados e cujos respetivos representantes foram nomeados pelos seus superiores:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Filipe Pires que será substituído nas suas faltas e impedimentos por João Melo;
- Divisão de Gestão Territorial (DGT), representada por João Melo;
- Divisão das Áreas Classificadas (DAC), representada por Maria José Bettencourt;
- Divisão de Fauna e Flora Selvagens, representada por Paulo Pimentel
- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas do Faial (SAACF) representada por João Costa;
- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira.

Após apreciação da documentação remetida, a CA elaborou o presente parecer, onde os contributos dos vários membros da CA foram obtidos com recurso a meios informáticos nomeadamente por correio eletrónico.

No que diz respeito à situação de referência, no dia 22 de setembro de 2023, os representantes da DAACA e o representante do SAACF em conjunto com

o proponente, visitaram o local de implementação do projeto de forma a verificar a realidade com o descrito no estudo de impacte ambiental.

A CA pronunciar-se-á sobre os capítulos quando achar conveniente. Na ausência de comentários significa que não há nada a opor quanto aos conteúdos apresentados.

Assim com esta metodologia de trabalho por parte da CA viabilizou a emissão do presente parecer relativo à apreciação do EIA com a legislação em vigor e os objetivos pretendidos com a Consulta Pública inerente ao procedimento de AIA.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

De acordo com a documentação remetida, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em questão diz respeito ao projeto "Saibreira do Cabeço de Lagoa" de exploração de massas minerais denominada piroclastos basálticos s./., para uma área localizada na freguesia da Praia do Norte, concelho da Horta, ilha do Faial.

Este projeto enquadra-se numa área de 41.867 m² e a empresa interessada na sua implementação denomina-se Pedro Rego – Transportes Unipessoal, Lda.

O projeto, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, é constituído pelo Plano de Pedreira que engloba o Plano de Lavra e o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

O Plano de Lavra prevê trabalhos de preparação da área com a remoção de solos e coberto vegetal, onde os solos serão armazenados para posterior uso na recuperação paisagística. Relativamente à lavra está previsto que *"as operações de desmonte sejam realizadas em flanco de encosta e avancem de este para oeste e de norte para sul, originando patamares entre as cotas de 550 e 520 m e taludes com altura máxima de 10 m e declives inferiores a 60°/70°, devendo a dimensão destes nortear a largura dos patamares, sempre que possível, em proporção direta. O sector sul da área do projeto irá ficar aplanado à cota de 520 m."*

É também referido que *"Cada um dos patamares será explorado na sua totalidade, transitando de seguida a frente de desmonte para o patamar*

seguinte. Quando os patamares de exploração corresponderem aos patamares finais para recuperação terão declive inferior a 40°/50°. Aquando desta transição, o patamar explorado será recuperado em simultâneo com os trabalhos de exploração no patamar seguinte.”

No que diz respeito ao PARP, este será implementado e acompanhando os trabalhos de desmonte, ou seja, em simultâneo, compreendendo toda a área a licenciar. Os trabalhos de recuperação propostos, consistem:

- Na regularização dos terrenos (aterros de cobertura e solos), o revestimento vegetal e enquadramento paisagístico, a desativação e encerramento, que inclui a remoção das estruturas utilizadas na área do projeto, assim como a manutenção e conservação do local pós-projeto;
- Na suavização da zona depressionária e dos taludes gerados com o desmonte por enchimento parcial até à cota de 520 m estando prevista uma recuperação em pastagem na zona aplanada e em floresta nativa na zona de taludes;
- No revestimento dos aterros serão acomodados solos com características edafológicas semelhantes às dos solos existentes na envolvente.

2.1 Objetivo e justificação do projeto

O objetivo do projeto é o licenciamento de uma exploração de piroclastos basálticos *s.l.*, de modo a assegurar as necessidades desta matéria-prima por parte da empresa, uma vez que no âmbito do desenvolvimento da sua atividade laboral na ilha do Faial, o proponente deparou-se com a inexistência de áreas licenciadas para exploração do recurso mineral piroclastos basálticos (bagacina), sendo o mercado local de construção civil e obras públicas abastecido, no decurso das últimas décadas, através de uma área extrativa, localmente conhecida por Cabeço Verde ou Cabeço dos Trinta, pertencente a entidades públicas, a qual foi encerrada a 16 de junho de 2023 após o surgimento de uma área extrativa licenciada por uma entidade privada.

Considerando a procura da matéria-prima em causa, bem como as dinâmicas económicas nas quais esta se enquadra, o proponente logrou desenvolver trabalhos de avaliação de locais que permitissem manter a atividade da empresa após o encerramento da referida área extrativa.

3. ALTERNATIVA AO PROJETO

Em matéria de Alternativa ao Projeto, no presente EIA é referido que foram consideradas diversas alternativas (Tabela 7.1 do EIA) não tendo sido identificado local alternativo adequado às pretensões do proponente, quer do ponto de vista das condições geológico-geotécnicas, quer em termos de compatibilidade dos instrumentos de gestão territorial e condicionantes do território, pelo que a equipa técnica do presente EIA analisou uma única alternativa ao projeto, correspondente à não implementação do projeto.

É referido que da não implementação do projeto resulta, por um lado, a manutenção da atual ocupação do solo, a qual consiste numa área de uso maioritariamente agrícola (pastagem) e uma pequena parcela de terreno florestal e, por outro, em termos socioeconómicos, a manutenção da ilha do Faial dependente de uma única área de extração de piroclastos basálticos (bagacina) sem concorrência no mercado local.

4. APRECIÇÃO GERAL DO EIA

Conforme referido anteriormente, a CA pronuncia-se sobre os capítulos que achar necessário, em caso de ausência de comentários, significa que não tem nada a opor e concorda com o exposto no EIA.

4.1 – Relatório Técnico (RT)

O Relatório Técnico do EIA na sua estrutura obedece, de forma geral, às normas técnicas previstas na legislação, incluído os documentos obrigatórios exigidos pela legislação e anexos que o proponente achou por necessário. Relativamente à situação de referência, esta está de acordo com a informação constante no EIA.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT, enquanto documento de suporte à participação pública, nos processos de avaliação de impacto ambiental, que descreve de forma coerente e sintética, numa linguagem e apresentação acessível ao público em geral, deverá representar o conteúdo presente no RT. Na sua estrutura genericamente respeita os objetivos que se pretendem com este tipo de documento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

A CA considera que a documentação apresentada, cumpre de uma forma geral com o exigido pela legislação em vigor, sendo proposta a conformidade.

Face ao exposto, e para efeitos de consulta pública, deverão ser remetidos à Autoridade Ambiental, a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, 4 (quatro) exemplares do Relatório Técnico (RT) em formato papel, 5 (cinco) exemplares do Relatório Não Técnico (RNT) em formato papel e um exemplar de toda a documentação em formato digital, ficando o prazo do procedimento em questão suspenso até à entrega da documentação solicitada.

A CA informa que, caso seja declarada a conformidade do EIA, durante a Consulta Pública, nos termos da alínea e) do n.º 4 do Artigo 23.º e dos n.º 3 e 4 do Artigo 37.º do diploma de AILA, será solicitado parecer à Direção Regional dos Recursos Florestais, em matéria de servidão das infraestruturas rodoviárias.

Horta, 13 de outubro de 2023

P'la Comissão de Avaliação



Filipe Pires
(DACAA)